

# MPE requer nova vistoria na UTI do HGJAF

De acordo com o Sindicato dos Médicos de Sergipe, os problemas na UTI adulta do Hospital João Alves persistem



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**  
**RECORTE DE JORNAIS**

Correio de Sergipe • Aracaju  
terça-feira • 15 de julho de 2014



■ **Fábio Viegas:** "vamos aguardar esse relatório da vistoria para informar ao poder judiciário"

## Karla Pinheiro

Desde abril deste ano existe uma liminar (nº 201411200404) que obriga o Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF) a solucionar os problemas da UTI adulta, a exemplo de falta de materiais de trabalho, medicamentos e até mesmo profissionais. De acordo com o Sindicato dos Médicos de Sergipe (Sindimed), os problemas no HGJAF são recorrentes e persistentes.

Ontem, 14, o Ministério Público Estadual (MPE) realizou uma audiência com entidades de classe, conselhos regionais e representantes da Secretaria de Estado da Saúde (SES), Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) e HGJAF para verificar o que foi melhorado até o momento. Como não houve avanço nas informações, uma nova fiscalização será feita nos próximos dias para verificar a real situação da UTI.

A procuradora do Conselho Regional de Enfermagem (Coren), Aline Figueiredo, informou que ainda esta semana

deverá fazer a vistoria, juntamente com o Sindicato dos Médicos de Sergipe (Sindimed) e com o Conselho Regional de Medicina (CRM) no HGJAF para avaliar a situação da UTI. "Não temos como afirmar se houve melhora ou não na UTI porque a primeira fiscalização, a que motivou ajuizamento da ação, tem cerca de seis meses. Tivemos no HGJAF no começo de junho e fomos impedidos de fazer a fiscalização, mas agora a pedido do MPE vamos fazer uma nova vistoria e elaborar um relatório com o resultado", informa.

### • Os problemas

O diretor do Sindimed, Carlos Spina, afirma que o problema na UTI adulta 1 e 2 do Hospital João Alves é recorrente. "A ação já foi julgada e a Fundação Hospitalar de Saúde não resolve. Ao contrário do que é dito, não são problemas pontuais, são recorrentes. Semana passada o gasômetro estava sem funcionar, aparelho primordial para auxiliar o médico no tratamento do paciente da UTI, aqui foi dito que faltou a solução, mas temos uma foto do equipamento com o cartaz de que o equipamento está em manutenção.

“

Não existem problemas pontuais, eles são recorrentes”

**Carlos Spina** |

Diretor do Sindimed

o relatório com o resultado seja encaminhado à promotoria de saúde. “A ação já foi julgada, essa audiência foi para dar celeridade à ação, para sabermos o que foi feito e o que pode ser feito, por isso pedimos a visita ao HGJAF para que isso seja verificado. Alguns pontos foram melhorados, a exemplo do problema com material humano, profissionais já estão sendo contratados, mas outros ainda persistem, como falta de medicamentos, falta de uniformes para os funcionários poderem trabalhar. Vamos aguardar esse relatório da vistoria para informar ao poder judiciário”, afirma.

Na audiência, o coordenador de Enfermagem do HGJAF, con-

firmou que falta vestuário para os enfermeiros e que alguns medicamentos também faltam pontualmente, mas que estes normalmente são substituídos por outros. Outra informação prestada por ele é que pela falta de profissionais, muitas vezes o leito de UTI fica bloqueado, ou seja, não recebe paciente.

#### • O hospital

A assessora Jurídica do HGJAF, *Zulívia Menezes*, informou que os problemas são pontuais e que as adequações estão sendo feitas, algumas precisam de tempo, mas estão sendo feitas a contento. Sobre o impedimento do Coren em adentrar a unidade de saúde para realizar uma vistoria, a advogada informou que no dia do incidente não havia ninguém da diretoria para liberar a vistoria. Segundo ela, neste dia, os diretores estavam participando de uma audiência no Tribunal de Contas do Estado (TCE), mas que uma Comunicação Interna (CI) já foi elaborada e distribuída para todos os setores da unidade informando que as entidades de classe e órgãos de fiscalização devem ter acesso livre ao hospital.

Faltam antibióticos frequentemente, faltam roupas para funcionários e o resultado dessas inadequações é que pacientes que poderiam ser mantidos vivos podem vir a óbito. Na UTI ou faz no momento que precisa para salvar o paciente ou não

tem mais jeito. Meio termo não existe”, ressalta.

Diante da situação, o promotor de Justiça, Fábio Viegas, solicitou às entidades de classe e aos conselhos regionais que uma nova vistoria técnica fosse feita e dentro de 15 dias